



HAL
open science

A REGIÃO DO JARÍ, DO EXTRATIVISMO AO AGRONEGÓCIO: AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA FLORESTAL NO EXEMPLO DO PROJETO JARÍ

Anna Greissing

► **To cite this version:**

Anna Greissing. A REGIÃO DO JARÍ, DO EXTRATIVISMO AO AGRONEGÓCIO: AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA FLORESTAL NO EXEMPLO DO PROJETO JARÍ. Revista de Estudos Universitários da Universidade de Sorocaba, 2011, 36 (3), pp.20-37. halshs-00560647

HAL Id: halshs-00560647

<https://shs.hal.science/halshs-00560647v1>

Submitted on 1 Jun 2011

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A REGIÃO DO JARI, DO EXTRATIVISMO AO AGRONEGÓCIO: AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMAZÔNIA FLORESTAL NO EXEMPLO DO PROJETO JARI

Ana Greissing*

RESUMO: A região do Jari, situada ao norte da Amazônia brasileira, constitui hoje o cenário de uma fusão complexa entre dois mundos, o arcaico e o moderno. Muito tempo isolada do resto do Brasil como uma região dominada pelo extrativismo dos recursos naturais da floresta, a região do Jari conhece uma mudança radical com um novo desenvolvimento econômico, a partir de 1967, ano de chegada do multimilionário americano D. K. Ludwig. A visão do empresário Ludwig era a transformação da região num polo econômico agro-industrial na Amazônia a base da produção de celulose em grande escala, embora a zona já estivesse povoada por pequenas comunidades locais dispersadas na floresta e vivendo do extrativismo dos recursos naturais. Conhecido como “projeto Jari”, o empreendimento do Americano foi fortemente criticado pelos seus impactos ambientais e sociais (desmatamento, migração...). Depois de repetidos malogros econômicos do projeto nos anos 1980 e 1990, esse é finalmente repassado a um novo grupo de empresários originários de São Paulo, o grupo ORSA, em 1999. A nova empresa na direção do projeto enfrentou dois desafios principais: fazer da produção de celulose uma atividade economicamente viável (com investimentos e inovações técnicas), e restabelecer a legitimidade e aceitação pública do projeto. Para isso, a empresa cria, em 2000, uma Fundação inspirada nos princípios éticos da responsabilidade social e ambiental, e compromete-se, desde então, com o desenvolvimento de pequenos projetos econômicos e sociais com as populações locais. A evolução da região do Jari e de “seu” empreendimento, único entre os grandes projetos desenvolvidos na Amazônia, esta no centro deste artigo. Após uma síntese geohistórica do projeto Jari, discutimos as novas estratégias da empresa para a gestão do seu território, assim como as possibilidades e limites da sua fundação para contribuir de maneira eficaz com um desenvolvimento mais sustentável, capaz de resolver as contradições do desenvolvimento econômico no contexto histórico daquela região.

* Doctoranda da Universidade de Paris III Sorbona, Centro de Estudos et de Docemantação sobre as Américas (CREDA), et membro da equipie de pesquisa sobre o Brasil do UMR 7227 du CNRS, Paris, França.
E-mail: annagreissing@gmail.com

Recebido em: 10/09/2010 Avaliado em 21/09/2010

REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 43-75, dez. 2010

Palavras chave: Região do Jari. Agro-indústria. RSA. Comunidades extrativistas. Áreas protegidas. Gestão regional. Contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia forestal.

**THE JARI RIVER REGION, FROM EXTRACTIVISM TO AGRO-BUSINESSES:
THE CONTRADICTIONS OF ECONOMIC DEVELOPMENT
IN THE AMAZON FOREST. A CASE STUDY OF THE JARI PROJECT**

ABSTRACT: The Jari River region, situated in the north of the Brazilian Amazon at the boarder between the Amapá and the Pará state, has in the last years been experiencing an interesting fusion between two worlds, the archaic and the modern. Long-time isolated from the rest of Brazil as a region dominated by the extractivism of natural forest resources, the Jari river region lives a radical change of its economic development from 1967, on with the arrival of the American multimillionaire D.K. Ludwig. The intention of this businessman was the transformation of the region into an economic pole on the basis of several large-scale agro-industrial activities, above all, the production of celluloses on the basis of extensive monoculture plantations. However, the region was already populated by small local communities scattered in the forest and living of the extractivism of natural resources. The enterprise of the American, later known as the “Jari project”, was criticized strongly in the following because of its negative environmental and social impacts (deforestation, migration...). After repeated economical difficulties, in the 1980s and 90s, the Jari project was eventually taken over by a new group of businessman from São Paulo, the ORSA corporation, in 1999. The new company faces two main challenges: to make cellulose production a viable activity (through investments and technical innovations), and regain the project’s legitimacy and social acceptance. For the latter, the company creates a company- intern Foundation in 2000, inspired by the ethic principles of social and environmental responsibility, for the development of small socio-economic projects with the local populations. The evolution of the Jari river region and “its” economic project, which is unique in the history of large-scale economic projects in the Amazon region, is in the center of this article. After a geo-historical synthesis of the Jari project the paper discusses the company’s current strategies for the management of their territory, as well as the possibilities and limits of the company’s foundation to effectively contribute to a more sustainable development that will be able to solve the contradictions of economic development in the historical context of the Jari river region.

KEY WORDS: Jari river region. Agro-industry. CSR. Extractive communities. Protected areas. Regional development. Contradictions of economic development in the Amazon forest.

1 INTRODUÇÃO

A região do Jari, situada ao norte da Amazônia brasileira, constitui hoje o cenário duma fusão interessante entre dois mundos, o arcaico e o moderno: de um lado, as populações locais extrativistas que moravam em pequenas comunidades à beira do rio, no interior ou perto da floresta; do outro lado, as cidades-empresas que se formaram e cresceram ao redor da instalação de um grande

projeto agro-industrial iniciado no final dos anos 1960. Até então, a região do Jari era uma das áreas mais isoladas da Amazônia, dominada pela economia do extrativismo. Em 1968, porém, com a chegada do empresário americano multimilionário Daniel K. Ludwig, a região conhece uma transformação radical a partir de um grande projeto de desenvolvimento econômico na base de atividades agro-industriais. A visão do americano era de transformar a região num polo econômico, principalmente pela produção de celulose em grande escala. Fortemente apoiado pelo governo militar, o empreendimento de Ludwig, conhecido depois como “Projeto Jari”, é iniciado em 1967 com o desmatamento de grandes superfícies de floresta nativa em ambos os lados do rio Jari (140.000 hectares no total). Porém, essas áreas já eram habitadas por pequenas comunidades locais disseminadas na floresta, cujo sustento encontrava-se seriamente ameaçado pelas atividades planejadas por Ludwig. De fato, o projeto Jari causou um impacto forte na região, tanto na utilização do território (na substituição da floresta por uma monocultura) como no sistema socioeconômico (na desorganização das redes comerciais do extrativismo, formação de uma favela nas margens do projeto, migração...). Às fortes críticas nacionais e internacionais do projeto, somaram-se, nos anos 1980 e 1990, vários fracassos econômicos do empreendimento, devido principalmente à improdutividade das plantações (eucalipto, arroz). Apesar de generosas interversões do BNDES, o projeto encontra-se perto da insolvência em 1997, e é finalmente adquirido, em 1999, pelo Grupo ORSA, uma grande empresa para produção de cartões e papel de embalagem com sede em São Paulo.

Os objetivos da nova empresa na direção do projeto são principalmente dois: levar a produção de celulose a uma viabilidade econômica (a partir de importantes investimentos e inovações técnicas visando também à redução dos impactos ambientais), e restabelecer a legitimidade do projeto frente aos atores da política e da sociedade civil. Para isso, a empresa cria uma Fundação (a Fundação ORSA) inspirada nos princípios da responsabilidade social e ambiental, que desde 2000 compromete-se com o desenvolvimento de pequenos projetos econômicos e sociais junto a populações locais.

Neste artigo, propomos mostrar como a nova empresa do Grupo ORSA procura solucionar as contradições do desenvolvimento econômico provocados pela instalação do Projeto Jari na região, tanto no passado como ainda no presente. Após uma síntese geohistórica do Projeto Jari, analisamos o papel atual da empresa na gestão, não só nos limites de seu território, mas na região toda. A partir da apresentação do funcionamento de alguns projetos específicos da Fundação Orsa, pretendemos compreender o jogo dos atores (empresa, poderes públicos e populações locais) e as estratégias de aliança e/ou de resistência desenvolvidas entre eles. Se um diálogo construtivo entre os diferentes atores foi estabelecido pela primeira vez, com a

intermediação da Fundação, existem ainda vários desacordos quanto à repartição de responsabilidades na gestão territorial entre o Estado e a empresa, em detrimento das populações locais, que permanecem com atendimento básico muito insatisfatório. O melhoramento das deficiências no desenvolvimento socioeconômico e humano da região encontra-se ainda atrasados por um conflito histórico pela terra, entre empresa, estado e populações, que foi resolvido em parte pela criação de algumas áreas protegidas nos limites do território reclamado pela empresa.

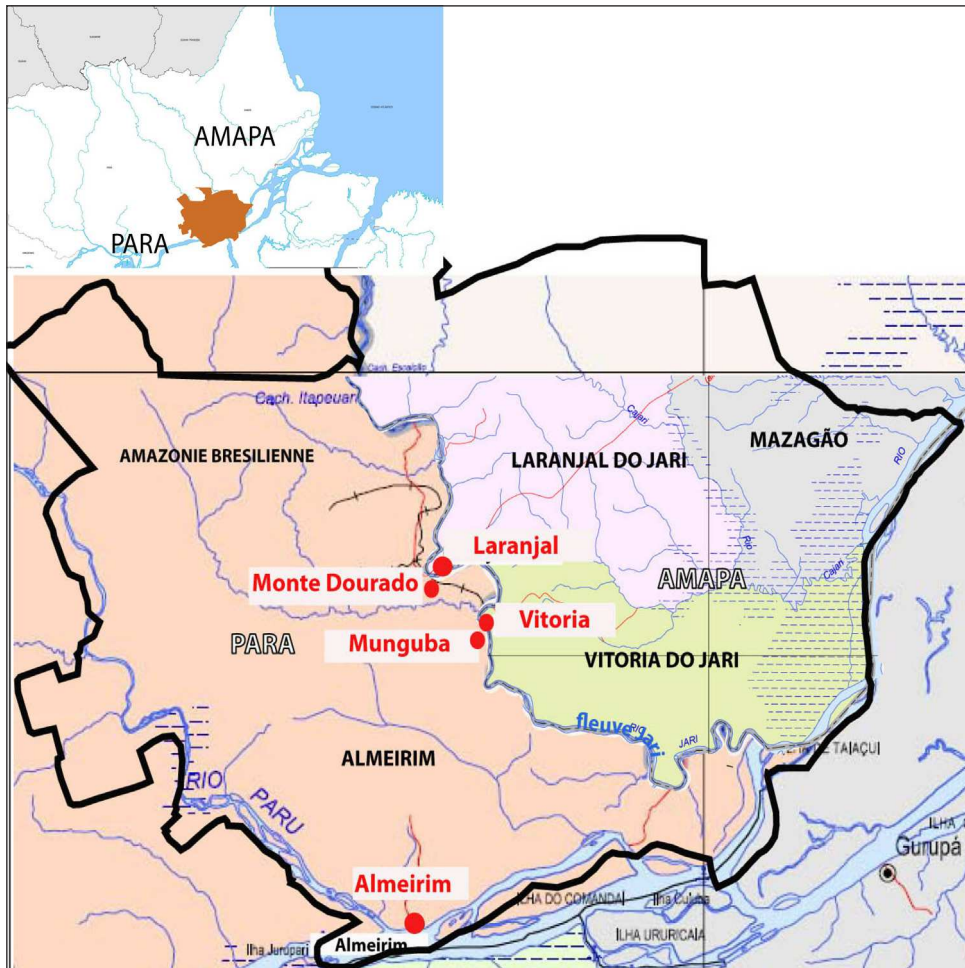
2 RETROSPECTIVA GEOHISTÓRICA DA REGIÃO E DO PROJETO JARI

A região do Jari: uma área de floresta tradicionalmente dominada pelo extrativismo

A região do Jari situa-se no norte da Amazônia brasileira e ocupa uma área de aproximadamente 2 milhões de hectares na fronteira do estado do Amapá e do Pará. Compreende dois municípios amapaenses (Laranjal do Jari e Vitória do Jari) e um município no Pará (Almeirim).

Devido à ausência de uma definição oficial dos limites da região do Jari, essa foi entendida geralmente como as terras alimentadas pelo rio Jari. Desde 1967, com o início do Projeto Jari, o termo « região do Jari » se estabeleceu como designação do território ocupado pela empresa Jari Celulose, que hoje se estende sobre aproximadamente 1,3 milhões de hectares, tanto do lado do Amapá (40% das terras) como do lado do Pará (60% das terras).

A região se caracteriza por uma floresta primária tropical muito rica em recursos naturais, principalmente a castanha do Pará (*bertholletia excelsa*) e a seringa (*hevea brasiliensis*), cuja exploração sempre constituiu a fonte principal de subsistência para as populações extrativistas, mas também da economia regional baseada na exportação dos recursos naturais em estado bruto. Já nos tempos da colonização, os missionários instalados na região do Jari enriqueciam-se com a comercialização das « drogas do sertão ». A organização da atividade extrativista no Jari, em uma comercialização no estilo de uma empresa, desenvolveu-se a partir do final do século XIX, com a aparição na região do cearense José Julio de Andrade, em 1882, em pleno apogeu do ciclo da borracha. Aliando o poder político (Andrade era prefeito de Almeirim) com o poder econômico, esse homem declarou-se proprietário de uma área maior que a atual região do Jari, convertendo-se, assim, no “maior latifundiário de todos os tempos” (LINS, 2001, p. 37). O “Coronel”, como foi chamado pela população local, manteve o monopólio sobre a comercialização dos produtos da floresta destinados ao mercado internacional até 1948, quando várias insurreições da população local contra a opressão do Coronel obrigaram-no finalmente a fugir para o estrangeiro. O domínio sobre a área passou então às mãos de um grupo de



Mapa 1 - Localização do projeto Jari / território de empresa: O projeto Jari ocupa uma área de aproximadamente 1,7 mio de hectares na fronteira entre o Amapá e o Pará.

empresários de origem portuguesa que continuaram a exploração extrativista no sistema do aviamento: os recursos eram coletados pelos seringueiros e castanheiros no interior da floresta e juntados nos “barracões”, pontos estratégicos na beira do rio, onde os “donos” passavam regularmente de barco para procurar a produção dos extrativistas. Essa era trocada por mercadoria a preços astronômicos que os extrativistas não podiam pagar e ficavam sempre endividados. Dessa maneira, o dono

garantiu a dependência do seu trabalhador. Além disso, o extrativismo exigia um grande esforço físico e a necessidade de o extrativista passar vários meses do ano em acampamentos isolados na floresta, às vezes longe da família. De fato, o sistema de aviamento apresenta um fenômeno paradoxal: se o extrativismo manteve-se até hoje como principal fonte de renda para muitas regiões da Amazônia, ele também é a causa da precariedade durável nas quais vive grande parte desses extrativistas. Apesar do alto preço que alguns produtos extrativistas (como a castanha do Brasil) tiveram e ainda têm no mercado internacional, a repartição justa dos benefícios dessa actividade foi evitada por uma elite que, por falta de políticas públicas para o setor, sempre dominava as redes de comercialização dos produtos extrativistas. Na Amazônia brasileira oriental (e também na região do Jari), essa elite no domínio da castanha do Brasil é controlada há anos pelo mesmo monopólio: os famosos irmãos “Mutrán”, cuja sede e fábrica de transformação situa-se em Belém.

Chegada do D.K Ludwig e transformação da região

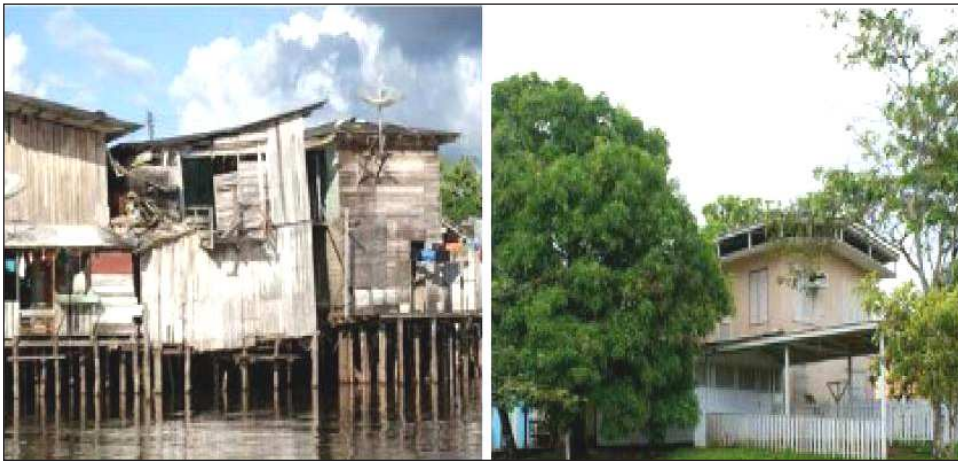
Com a saída do Zé Júlio de Andrade veio o que as populações chamam “o tempo dos portugueses”: a retomada do domínio extrativista estabelecido por Andrade por um Grupo de comerciantes portugueses, que criaram três empresas para organizar de maneira mais eficaz e diversificada a exploração de produtos extrativistas e agrícolas da região (a *Jari Indústria e Comércio* e a *Companhia Industrial do Amapá* para a comercialização dos produtos, e a *Companhia de Navegação Jari S.A.*, que tinha comprado os barcos do Andrade, para o transporte nacional). Os portugueses controlavam a região até 1967, quando decidiram vender as companhias ao empresário americano Daniel K. Ludwig, dando lugar ao empreendimento que ia mudar significativamente a região: O multimilionário Ludwig planejava desenvolver um projeto econômico gigantesco nas terras do Jari a partir da construção de um complexo agro-industrial em torno da produção de celulose em grande escala (mas, também, de arroz, da criação de gado, e da mineração de bauxita e caulim). O “Projeto Jari” foi iniciado ainda no mesmo ano com a derrubada de grandes áreas da floresta nativa na região, a fim de plantar no lugar da última uma monocultura de *gmelina arbórea*, uma espécie de crescimento rápido originária da Ásia. Nos primeiros anos também foi construída toda a infraestrutura de base necessária para o desenvolvimento das atividades pretendidas pelo empresário americano: estradas, aeroporto, ferrovia, acampamentos para os trabalhadores (as chamadas ‘silvilas’, no meio da floresta), e uma vila com nome de ‘Monte Dourado’ para os funcionários da empresa, com casas, escolas, e hospital. A produção da celulose, porém, só começou em 1978, depois da chegada no Jari de uma fábrica flutuante que Ludwig tinha comprado do Japão, já que nessa época ainda não existiam fábricas de celulose no Brasil.

Os impactos socioeconômicos do empreendimento de Ludwig se manifestaram já no início dos anos 1970: a transformação da floresta nativa em monocultura e a saída dos comerciantes portugueses levaram à desorganização das redes de comercialização dos produtos extrativistas, forçando muitas famílias a abandonar suas moradias nas áreas agora derrubadas para instalarem-se nas novas cidades ou em regiões ainda mais isoladas, onde a mata permanecia intacta. Se no início Ludwig tinha se mostrado interessado em continuar os negócios extrativistas, ele abandonou rapidamente essa ideia para concentrar-se na agroindústria.

Além disso, as expectativas de achar um trabalho no projeto produziram uma onda migratória das regiões vizinhas, mas também do nordeste, de onde chegaram milhares de homens. Porém, nem todos conseguiam emprego no empreendimento. Nos anos 1970, formaram-se então alguns centros urbanos como Laranjal do Jari, Vitória do Jari, o Almeirim, cujo crescimento aconteceu sem planejamento adequado e sem infraestrutura básica, de uma parte, pela ausência dos poderes públicos na região, de outra, pela falta do interesse da empresa, cuja atenção concentrava-se unicamente na vila de Monte Dourado (sede dos altos funcionários) e na área chamada Munguba (lugar de instalação da fábrica de celulose e acampamento dos trabalhadores da fábrica). Essas duas vilas, ambas situadas no lado direito do rio Jari, em solo paraense, foram construídas com casas bonitas no estilo típico das ‘company towns’, com estradas asfaltadas, canalização e eletricidade. No Amapá, do outro lado do rio, formou-se como contraste o que se pode chamar de primeira favela da Amazônia: o “beiradão”, uma acumulação caótica de barracas sobre palafitas, onde se instalaram os mais pobres, os expulsados rurais, os delinquentes e as prostitutas. Até hoje, as duas cidades gêmeas, Laranjal do Jari e Monte Dourado, separadas somente pelo rio e pela fronteira dos dois estados, apresentam fortes contrastes que seguem as regras de uma sociedade hierarquizada: se os funcionários da empresa moram todos em Monte Dourado, a maior parte das faxineiras desses funcionários e os trabalhadores na silvicultura da empresa moram “do outro lado” em Laranjal do Jari, uma “cidade dormitório”, onde os moradores só estão em casa para dormir, mas passam o dia do outro lado para trabalhar. O transporte entre as duas margens do rio, ou seja, entre o Amapá e o Pará, funciona 24 horas por dia.

Apesar das conseqüências negativas do Projeto Jari, os investimentos do Ludwig tinham, por outro lado, iniciado a abertura econômica e o desenvolvimento demográfico da região. É interessante observar que muitas das pessoas idosas que trabalhavam no Projeto Jari nos anos 1970 e 1980 referem-se à essa época como “o tempo das vacas gordas”, quando havia casas bonitas, comida e serviços de saúde gratuito para todos os trabalhadores, e escolas boas para seus filhos. De fato, Ludwig tinha construído um reino enorme onde ele governava no estilo de um grande paternalista, gastando uma

quantidade impressionante da sua fortuna¹. Em 1979, o projeto contava com 15.400 empregados, para os quais a região e Ludwig tinham que ser providenciar moradias, comida, roupa e serviços. Depois da fase dos desmatamentos e da construção da infraestrutura, Ludwig concentrou-se principalmente em dois projetos, a produção de celulose (sobre 70.000 ha) e de arroz (sobre 5.000 ha). Porém, apesar dos esforços (Ludwig tinha construído um viveiro para pesquisa e melhoria genética das mudas), as plantações de ambos os projetos não davam os resultados esperados; em vez de lucros, Ludwig ganhou vários fracassos econômicos.



Fotos - As hierarquias sociais inscritas na paisagem: contrastes entre Laranjal do Jari e Monte Dourado.

Fonte: AG, 2009.

- a) Barracas sobre palafitas no rio Jari, do lado amapaense.
- b) Casa de um funcionário em Monte Dourado, do lado paraense.

O Projeto Jari passa do americano às mãos do consórcio CAEMI

Em 1982, o americano viu-se finalmente obrigado a abandonar o projeto: ele tinha gasto mais de 1 bilhão de dólares (PINTO, 2002) no empreendimento, sem resultados satisfatórios. Além disso, Ludwig tinha perdido sucessivamente a aprovação da junta militar que começava ela também a perder poder no país. Porém, esse apoio tinha

¹ Segundo várias fontes, Ludwig tinha sido antes de chegar na Amazônia um dos homens mais ricos do planeta, possuindo mais do que 200 empresas no mundo todo nos setores da finança, do transporte, da mineração e da agroindústria. Quando chegou à região do Jari, Ludwig já tinha passado os 70 anos. (LINS, 2001; PINTO, 2002)

sido essencial para o funcionamento do projeto e para afastar as reivindicações territoriais de outros atores da região.

Com a saída de Ludwig, o empreendimento passa às mãos do Grupo CAEMI (*Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração*²), uma corporação de empresários brasileiros e estrangeiros, dirigida durante muito tempo pelo português Augusto Trajano de Azevedo Antunes. Contudo, o desafio para ele e os diretores seguintes da empresa de levar o projeto à rentabilidade econômica não foi vencido. Continuando o mesmo modelo de gestão, baseado na exploração sem limites dos recursos naturais e humanos da região, as medidas de “ajuste estrutural” tomadas por Antunes para economizar as despesas da empresa resultaram em uma dispensa radical de muitos empregados. Dos 15.400 trabalhadores em 1979, permaneceram apenas 4.500 em 1993 (ALVES PICANÇO, 2005). Na década dos 90, a situação econômica do projeto e as pressões políticas fizeram-se cada vez mais problemáticas para a existência do projeto. Com a transformação da parte do território federal em estado do Amapá em 1988, os governos do Amapá e do Pará começaram a reivindicar parte das terras que a empresa ocupava ilegalmente, segundo eles. Esse conflito de terra revelou-se mais forte do lado do Amapá, devido principalmente a dois fatores: Primeiro, a instauração, em 1989, de uma área protegida (a Reserva Extrativista do Rio Cajari, sobre 480.000 ha) para atribuir o uso exclusivo dos recursos da floresta às populações tradicionais numa parte do sul do Amapá igualmente reclamada pela empresa³; Segundo, o fato que o estado do Amapá nunca teve proveito direto pela chegada do Projeto, já que todas as instalações encontravam-se em solo paraense, e por conseguinte, também as taxas e royalties sempre caíam em benefício do Pará, enquanto que Laranjal do Jari ficava com os problemas sociais provocados pela instalação do projeto (favelização, desmatamento, desemprego,..).

Em 1997, um incidente técnico na fábrica, provocando a queda nas atividades dessa durante vários meses, parecia dar o golpe final ao empreendimento. Esse foi efetivamente colocado à venda pouco depois, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), principal fonte de financiamento do Projeto. Em 1999, Projeto Jari é adquirido por dois acionistas de São Paulo na direção do Grupo ORSA pela a soma simbólica de 1 dólar, - as dívidas do Projeto totalizavam cerca de 414 milhões de dólares nesse momento. (LINS, 2001)

- 2 O Grupo CAEMI já tinha se formado nos anos 1950 para a exploração de manganês na famosa ‘Serra do Navio’ (no centro do estado do Amapá), em associação com a norteamericana *Bethlehem Steel Corporation*.
- 3 O conflito sobre a área da RESEX foi finalmente resolvido em 2008 com a restituição pela empresa dessa área ao estado amapaense. Esse fato mostra que as relações de poder entre empresa, populações, e estado começaram a mudar nos últimos anos a favor do último, forçando a empresa a dialogar com os outros atores da região para achar compromissos mais justos tanto no âmbito ambiental como social.

O Projeto Jari do Grupo ORSA: Ressurreição do projeto e nova ética empresarial

O Grupo ORSA já possuía várias fábricas especializadas na fabricação de papéis e cartões de embalagem no país quando decidiu desafiar a ressuscitação do Projeto Jari. O diretor e acionista principal do Grupo, Sérgio Amoroso, já era conhecido por sua capacidade de comprar empresas em falência para relançá-las em seguida. O projeto Jari, porém, representava um desafio excepcional para os novos dirigentes do Grupo: não só tinham que fazer da produção de celulose uma atividade economicamente viável nas condições da fábrica tal como foi herdada de Ludwig, mas também precisavam reganhar o apoio dos dirigentes políticos e o aceite das populações da região. Além da existência de um capital suficientemente alto para futuros investimentos, a originalidade da proposta do Grupo ORSA para a reestruturação do Projeto residia nas inovações técnicas para modernização da fábrica e do processo de produção da celulose. Com isso, o Grupo mostrou-se doravante mais preocupado com o meio-ambiente, e afirmou desenvolver um modelo de gestão territorial à base de uma nova ética empresarial que incluiria, pela primeira vez, os princípios da responsabilidade social e ambiental. Essa ética concretizou-se pela criação, em 2000, de uma fundação criada na própria empresa (a Fundação ORSA) para elaboração e desenvolvimento de pequenos projetos sociais e econômicos em benefício das populações locais.

Analisaremos a seguir as principais estratégias utilizadas pelo Grupo ORSA para responder tanto à difícil situação econômica da empresa quanto aos impactos históricos negativos do projeto Jari no âmbito socioeconômico e ambiental.

3 ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DO GRUPO ORSA: ESFORÇOS PARA A COMBINAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM A ÉTICA EMPRESARIAL

Para corresponder às exigências de um desenvolvimento sustentável, para o qual a nova empresa pretende ser o primeiro exemplo no contexto amazônico, o Grupo ORSA tinha que adotar um modelo de gestão territorial que incluía tanto estratégias de modernização econômica da empresa quanto a consideração dos aspectos ambientais e socioeconômicos da região. Para isso, a empresa lançou-se em um marketing diferenciado baseado na imagem de uma empresa “verde”, preocupada tanto com o meio ambiente quanto com a sociedade.

O conceito de gestão integrada PPP: “People, Planet, Profit”

Planeta (“Planet”) - Investimentos tecnológicos e consciência ambiental

Como prova da sua responsabilidade ambiental, a ORSA realizou importantes investimentos⁴, visando à modernização “ecológica” do complexo industrial

⁴ Mais de 200 milhões de dólares desde 2000, segundo escreve Rosenberg no seu artigo sobre o projeto Jari em 2007, XX.

de Munguba. Na fábrica, por exemplo, foram instaladas duas novas torres para o resfriamento da água, permitindo assim sua reutilização e diminuindo, por consequência, a quantidade de água necessária a ser retirada do rio. Além disso, substituiu-se o cloro (muito tempo utilizado para o branqueamento da celulose) por oxigênio, e aplicaram-se novos métodos de tratamento dos desperdícios químicos, com a utilização de filtros para redução das emissões atmosféricas. Deve-se, porém, observar que, apesar destes múltiplos investimentos para modernizar a fábrica, essa permanece uma estrutura obsoleta que implica não somente grandes custos para sua manutenção, mas também representa uma estrutura poluente, em comparação às fábricas modernas atualmente em funcionamento, como na Finlândia, por exemplo.

Se muito foi feito então para diminuir o impacto da fábrica atual, pode-se, contudo, supor que o aumento significativo nos últimos anos das taxas de doenças respiratórias em Vitória do Jari ⁵ (que situa-se diretamente em frente ao complexo industrial de Munguba, do outro lado do rio Jari a apenas 1 km de distância) deve-se às emissões tóxicas da fábrica de celulose, que cospe fumaça dia e noite, sem parar.



Fotos - Inovações técnicas, mas num casco obsoleto.

Fonte - AG, 2009.

a) Torres para o resfriamento da água instaladas na fábrica de celulose, em Munguba.

b) Vista de uma rua de Vitória do Jari. A fumaça que sai da fábrica não pára jamais, nem a produção da celulose.

Para as suas medidas de diminuir o impacto ambiental no processo de produção, a Jari Celulose recebeu várias certificações ISO⁶ (por exemplo, a ISO 14001, para toda a cadeia de produção da celulose) e FSC⁷ (para silvicultura e manejo florestal, conhecido como “Selo Verde”). Não há dúvida que essa política de controle pelas

⁵ Essa informação me foi dada em uma visita a cidade de Vitória do Jari em agosto do 2009, durante a qual tive uma conversa com um agente do posto de saúde local (ele prefere ficar anônimo).

⁶ Uma norma reconhecida para sistemas de excelência na gestão ambiental.

⁷ O FSC ((*Forest Stewardship Council*) é uma instituição internacional independente para certificação, representada no Brasil pela IMAFLORA.

instituições certificadoras é um comportamento exemplar das grandes empresas. Nos últimos anos, porém, têm aumentado também as críticas do sistema de certificação em relação à suposta imparcialidade das grandes instituições como o FSC. No caso da Jari, por exemplo, várias fontes declararam que as auditorias dessa certificadora (que geralmente acontecem uma vez por ano) costumam se servir de verdadeiras “encenações”, nas quais os representantes das comunidades são escolhidos e “treinados” com antecipação para falar “só sobre os pontos altos” da empresa, naturalmente em vista de serem posteriormente recompensados pela mesma. O selo FSC verifica se as atividades da empresa correspondem às normas estabelecidas pela certificadora nos aspectos tanto ambientais como sociais. Em relação às condições de trabalho, por exemplo, as normas se referem a todos aos aspectos de segurança no local de trabalho, nas quais a Jari Celulose conseguiu melhorar consideravelmente. A empresa também recebeu vários prêmios pelo o desenvolvimento de novos sistemas de controle e de monitoramento próprio (ISPS Code - Segurança de Instalações Portuárias e Embarcações Internacionais, ABS Quality Evaluations, ISO 9001)⁸. Porém, segundo vários testemunhos de representantes dos sindicatos e dos próprios trabalhadores, as medidas da empresa ainda parecem insatisfatórias em relação aos direitos dos trabalhadores e aos salários, que permanecem muito baixos (menos de um salário mínimo) para certas categorias (ajudante, operador...) de trabalho⁹. Nota-se, também, que além dos sindicatos não existem outros movimentos dos trabalhadores ou organizações da sociedade civil que poderiam fazer suficiente pressão para melhorar as condições de trabalho, o que demonstra a fraca organização social das populações interessadas. No contexto da recente crise econômica mundial, por exemplo, alguns benefícios conseguidos anteriormente pelos sindicatos da celulose foram sendo retirados de novo, em 2009, pela direção da empresa. A cesta básica, por exemplo, foi reduzida à um bônus em dinheiro com poder aquisitivo muito menor, segundo os trabalhadores. Em total, a demissão dentro do projeto foi de mais de mil trabalhadores nos primeiros sete meses de 2009, atingindo a mão de obra empregada tanto pela Jari diretamente como pelas empresas prestadoras de serviço (Marquesa, NDR, RR, Vix Transportes,...). Frente a isso, o presidente do SINTRACEL (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Celulose do Pará e Amapá), Francisco Pereira da Silva, afirmou que, na verdade, a empresa estaria só “usando a crise para demitir trabalhadores e recontratá-los, através das empresas terceirizadas” para

8 Para mais informação, veja www.Grupoorsa.com.br/GrupoOrsa/certificacoes.html

9 Informações recolhidas durante a pesquisa de campo, baseada em diferentes conversas com representantes dos sindicatos da região, por exemplo, com o vice-presidente Silvino Oliveira do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Papel e Celulose do Pará e Amapá (Sintracel), com sede em Monte Dourado, em Janeiro 2009, o com Gedson Martins do Sindicato dos trabalhadores da Construção e do Mobiliário do Vale do Jari (SINTRACOMAJ) em Laranjal do Jari, em agosto de 2009.

fugir da obrigação de cumprir a prestação de direitos sociais, como o plano de saúde e a cestas básicas”.¹⁰

Se a empresa faz-se notar por numerosas medidas ambientais, sem, porém, poder evitar um mínimo de impacto sobre o homem e seu meio-ambiente na região, pode-se então interrogar sobre os desenvolvimentos sociais e culturais das populações na região. Nelas manifestam-se o mais claramente as contradições do desenvolvimento econômico, tanto históricas como atuais, e às quais a empresa procura responder gradualmente. Veremos a seguir, um segundo componente importante na gestão da empresa: a criação, em 2000, de uma Fundação como “braço social” da Jari Celulose.

Pessoas (People)

“Cremos que o conceito de durabilidade não pode restringir-se às fronteiras da empresa, [...] o Grupo ORSA compreende que a empresa é um instrumento transformador da sociedade.” (GRUPO ORSA, 2007, p. 4) (tradução nossa)

A adoção do conceito “de gestão integrada” pelo Grupo ORSA mostra, pela primeira vez na história do projeto, uma verdadeira ambição por parte da empresa de contribuir com o desenvolvimento social das populações locais que moram no território sob influência da empresa. “A região do Jari pode transformar-se num laboratório de experiências que servirá como referência para a Amazônia e para o resto do mundo”, afirmava numa entrevista recente o diretor do Grupo, Sérgio Amoroso, manifestando claramente o objetivo de tornar o Projeto Jari, tanto criticado, num exemplo de grande empresa capaz de combinar a criação de riquezas (na base da exploração razoável dos recursos naturais), com a conservação da floresta e o desenvolvimento social. Mas quais as estratégias de uma empresa de tal porte no contexto histórico e geográfico específico da região do Jari para alcançar a reversão a um modelo de gestão orientado na sustentabilidade? E até que ponto uma empresa de produção de celulose pode cumprir também com as responsabilidades políticas para o desenvolvimento de uma região?

A criação de uma fundação interna da empresa, em 2000, constituiu não só o “diferencial” do Grupo ORSA (que jogou em favor da sua eleição em 1999 como empresa autorizada a retomar o Projeto Jari), mas também representaria um ganho considerável em vista de uma futura legitimidade da empresa em termos de imagem, permitindo finalmente solucionar os problemas sociais mais graves no território da empresa e restituir, assim, a reputação do projeto. Objetivo da Fundação ORSA (FO),

¹⁰ Ver o artigo publicado por José Maria Piteira, servidor público e jornalista, no seu blog da segunda-feira, 6 de abril de 2009, com o título « Municípios do Vale do Jari mergulhados na crise”; Url : <http://blogdopiteira.blogspot.com/2009/04/depois-dos-diversos-segmentos-do-setor.html>

dotada de um orçamento de 1% do faturamento bruto anual das empresas do Grupo (em 2008 isso totalizou cerca de 5 milhões de reais), é tanto a criação de condições para uma gestão regional sustentável (na forma de uma plataforma de comunicação entre governo, empresa, e organizações da sociedade) como o desenvolvimento concreto de pequenos projetos de desenvolvimento local, principalmente nas áreas de educação, saúde, empreendedorismo e pequena agricultura.

Se a filosofia da ética empresarial na base da FO é sem dúvida louvável e fortemente desejada, essa viu-se, apesar dos muitos avanços, também confrontada com várias dificuldades para conseguir as metas abordadas. Apesar do compromisso sério dos funcionários da FO, certos projetos fracassaram; outros não foram realizados ou mostraram as incoerências tanto da política pública como da política de ação da Fundação e a falta de experiência com a realidade da Amazônia, já que não poucas vezes as grandes decisões costumam ser tomadas ainda pela central da FO em São Paulo, longe do território do projeto Jari.

Mudanças estratégicas na atuação da FO:

Desde seu início, a FO atravessou várias fases de reestruturação e de reorientação das suas estratégias de ação. Se no seu começo, em 2000, a FO concentrou-se unicamente no acompanhamento de crianças (transformando, a cada tarde, a base atual da FO em Monte Dourado em um lar de crianças), ela começava, a partir de 2003, a redirecionar as suas intervenções para um apoio mais estrutural e extenso das instituições políticas e associações sociais da região, com o objetivo de construir redes de cooperação entre os diferentes atores e de levar as instituições e grupos de atores a mais autonomia. Limitando-se primeiramente ao âmbito urbano, a Fundação decidiu estender, em 2005, o seu compromisso também a outros espaços e campos de ação, intervindo doravante também nas áreas rurais do seu território e, às vezes, até mesmo fora da área. Em 2007, a FO mudou uma vez mais a sua visão de intervenção, tanto pela ambição de dar mais eficácia aos seus projetos, quanto, sem dúvida, de seguir melhor os interesses da direção do Grupo ORSA. O foco foi então definido por três prioridades: a consolidação e criação de políticas públicas para a gestão regional; o reforço das organizações e associações civis, através de formações profissionais específicas; e o apoio de atividades produtivas e de pequeno empreendimento, principalmente nas zonas rurais.

Equipes e projetos atuais da FO:

Em 2009, a equipe da FO na região do Jari com sede em Monte Dourado e dependências em Laranjal do Jari e em Almeirim, contava com cerca de 50

empregados, repartidos em cinco áreas¹¹: 1) a equipe rural, centrada nas comunidades rurais agroextrativistas, que visa à assistência técnica e apoio na comercialização de produtos procedentes da agricultura e horticultura, promovendo a adoção pelos produtores de métodos da agroecologia, como, por exemplo, a autoprodução de bioadubos; 2) a equipe de educação e de saúde, que organiza formações contínuas tanto no meio rural (formação de lideranças comunitárias) como urbano (projetos culturais e esportivos com crianças e adolescentes, fundação de instituições diversas como o “Centro da mulher” ou a “Associação de Parteiras de Laranjal do Jari”); 3) a equipe de formação profissional, com objetivo de oferecer formações especializadas, principalmente para os jovens e as mulheres, a fim de prepará-los melhor para o mundo do trabalho (por exemplo, a instalação de uma escola rural e uma escola de carpintaria, a criação de um centro de excelência da mulher ou a instalação dum centro interativo de tecnologia na região; 4) a equipe de promoção dos direitos humanos e das crianças e adolescentes, que se compromete em sensibilizar e apoiar as instituições públicas e a sociedade civil sobre os dispositivos jurídicos da proteção de crianças e adolescentes (através da criação de conselhos específicos em cada município); 5) a equipe de promoção das pequenas empresas e do empreendedorismo, com objetivo de prestar assistência no acesso ao mercado de pequenas unidades de produção já existentes na região, e de incentivar novos empreendimentos. Alguns exemplos de iniciativas com sucesso durável são a Associação de mulheres “AMARTE” para fabricação de bijuterias com sementes de árvores amazônicas, e o Grupo de mulheres costureiras “AGULHAS VERSÁTEIS”, ou ainda a cooperativa de madeira “COOPNHARIN” (Cooperativa de Artefatos Naturais do Rio das Castanhas), formada por jovens marceneiros que, desde 2005, trabalham com a madeira certificada fornecida pela ORSA Florestal. Todos esses projetos visam a promover o espírito do empreendedorismo e a mostrar que gerar emprego e renda, com a floresta em pé, é possível.

De uma iniciativa filantrópica de pequeno alcance no início da sua criação em 2000, a Fundação tinha-se transformado com os anos numa espécie de agência privada de desenvolvimento para a região do Jari. Durante os nove anos de sua existência, um número considerável de pessoas e instituições foi assistido pela FO, com projetos bem sucedidos, mas também com malogros. A maior parte dos exemplos positivos, além dos já mencionados, que dão prova da eficácia de certos projetos, se realizaram nas áreas urbanas de Monte Dourado e Laranjal do Jari. Consistem na criação e fortificação de associações e na conscientização de grupos específicos da sociedade

11 Essas informações foram recolhidas em junho 2009, durante a pesquisa de campo na região. Já dois meses depois, em agosto, algumas equipes tinham se dissolvido e outras diminuído drasticamente, por causa da crise, como foi declarado pela empresa.

civil, e na formação de jovens profissionais e lideranças comunitárias (apoio a jovens para assistir a escola rural de Pacuí; fundação de novas escolas...). Em 2005, com a decisão da FO de estender seu raio de ação também à área rural, foi criada a equipe rural para dar apoio técnico mais específico aos agricultores. Formada por quatro técnicos agrícolas, a equipe rural ajuda a implantação de viveiros, reparte sementes, organiza cursos de especialização na produção de mandioca, e incentiva a expansão da horticultura na região. Considerada hoje como uma das equipes mais importantes da Fundação, alguns dos seus projetos (como, por exemplo, o projeto “eucalipto familiar”¹²) também são os mais problemáticos, no nosso ponto de vista, quanto a um desenvolvimento sustentável para a região, porque parecem misturar os interesses da empresa (nesse caso, a expansão da área plantada de eucalipto) com a pretensão de promover um desenvolvimento sustentável na região. Uma das razões disso é a persistência de um conflito de terra em certas zonas do território, tanto do lado amapaense como paraense, que levou a um descontentamento por parte de muitas comunidades rurais frente à empresa. Este se manifesta em graus e posições diferentes, que vai de um ceticismo passivo até uma rejeição aberta à empresa, expressa por ações esporádicas de resistência. Porém, algumas comunidades também aprenderam aproveitar da existência da empresa e seguiram as proposições de cooperação dessa, mais ainda com a implementação da equipe rural. De fato, a atenção levada doravante às comunidades rurais pela empresa explica-se por uma mudança nas relações de força entre a empresa e as populações locais em prol dessas últimas, cujas reivindicações ganharam peso com o aumento da presença das instituições do estado (muito tempo ausentes) na região. Os líderes do Grupo ORSA, principalmente o chefe Sérgio Amoroso, fazia então entender que um sucesso a longo prazo da Jari Celulose seria possível apenas com as populações locais ao lado da empresa. Nota-se aqui também um efeito paradoxal das ações da FO: criada para conciliar as populações locais com as atividades da empresa pela geração de fontes de renda e apoio à agricultura, os programas de conscientização e de formação das populações locais (por exemplo, as formações de lideranças comunitárias) aumentaram também a capacidade dessas populações de questionar as atividades da empresa e de reivindicar mais benefícios. Dessa maneira, se a Fundação conseguiu realmente abrir um diálogo construtivo com as comunidades rurais (com muitas delas pela primeira vez), algumas tensões e certo ceticismo persistem em várias áreas dentro do território da empresa. Isso não é surpreendente se lembramos que ainda alguns anos atrás os conflitos com certas famílias rurais morando dentro do território da Jari eram muitas vezes “solucionados” com a

12 Este projeto será analisado mais detalhadamente nas páginas 17-19 deste artigo.

remoção violenta das casas, com maquinarias pesadas. A mudança nos últimos anos dentro da empresa, de uma estratégia de repressão a uma estratégia de aliança, faz-se já sentir no território. Hoje, as relações são pacíficas e a vontade de cooperação predomina na maior parte das comunidades, mesmo que em outras pode-se ainda sentir uma polêmica latente, devido certamente a ressentimentos do passado, mas também ao fato de que o conflito pela terra permanece ainda sem solução definitiva. Nesse sentido, as intervenções da FO na gestão territorial devem se considerar como muito importantes, para legitimar a permanência da empresa na região e para avançar na direção de um desenvolvimento regional sustentável. Para dar mais legitimidade também à grande quantidade de terras ocupadas, mas não aproveitadas da empresa, essa desenvolveu outra estratégia muito eficaz: criou uma nova empresa.

Lucro- (Profit) - Estratégias territoriais para uma eficiência econômica - espacial

Em 2003, o Grupo ORSA realizou um passo estratégico de alta importância: abriu um novo setor de atividade econômica pela criação de outra empresa, a ORSA Florestal, para exploração de madeira de lei da floresta nativa. Essa iniciativa foi tomada pela empresa numa situação na qual os estados, onde se situa o território da empresa, aumentaram as suas reivindicações para recuperar parte das terras da Jari que tinham permanecido sem utilização produtiva, até então. De fato, dos 1,7 milhões de hectares na posse da empresa, só entre 120.000 e 140.000 hectares eram realmente plantados com eucalipto e pinos para transformação em celulose nos últimos anos. O resto do território (além das reservas legais e das áreas de criação de gado) ficava sem utilização econômica direta pela empresa. A partir da criação da ORSA Florestal, o grupo converteu 545.000 hectares de floresta nativa em área para exploração de madeira de lei. Com isso, a ORSA Florestal é hoje a empresa que dispõe do maior território do mundo com a certificação FSC para exploração de madeira tropical, convertendo-se não só em referência mundial para um manejo florestal sustentável nos trópicos, mas oferecendo também uma legitimação perfeita à empresa para a manutenção da integralidade das terras em sua posse na região do Jari¹³. Do ponto de vista econômico, porém, a ORSA Florestal está ainda longe de chegar às riquezas geradas pela Jari Celulose (cerca de 70 milhões de dólares para a primeira contra mais de 244 milhões de dólares para a segunda). (GRUPO ORSA, 2007)

13 Como único compromisso até hoje, o Grupo teve que aceitar a restituição legal ao estado do Amapá da RESEX Ca Jari (400.000 hectares), por cujas terras o estado e a empresa tinham conduzido uma larga disputa judiciária desde os anos 1990.

Breve panorama do conflito pela terra entre empresa e estado na história do Projeto Jari:

Desde o início da instalação do Projeto Jari, as autoridades do Estado e as populações locais encontraram-se em conflito com as diferentes diretorias da empresa a respeito dos limites do território afirmado como propriedade pelo Projeto. Toda dificuldade do conflito reside em sua historicidade, que remonta à época do Zé Júlio de Andrade e dos portugueses. Deles, Daniel K. Ludwig tinha comprado, com o apoio imprescindível do governo militar, de maneira “legal” os 1,3 milhões de hectares ainda hoje na posse da empresa, repartidos entre o Amapá (então Território Federal) e o Pará. Com o fim da ditadura, em 1985, e a transformação do território federal do Amapá em Estado em 1988, o novo governo do Amapá viu-se legalmente intitulado a reclamar a reintegração no estado nacional de uma parte do território ocupado pelo Projeto Jari. Tratava-se, sobretudo, de áreas de floresta onde viviam grupos maiores de populações extrativistas, cuja existência encontrava-se ameaçada pela expansão intencionada da monocultura pela Jari. A fim de parar esse avanço da empresa, o Estado do Amapá decidiu criar nos anos 1990 duas áreas protegidas no Sul do Estado do Amapá: a Reserva Extrativista (RESEX) Cajari, em 1990 e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Iratapuru, em 1997. O objetivo dessas unidades de proteção era garantir às populações locais o usufruto da terra e dos recursos naturais. Porém, a empresa negou-se a aceitar alguns dos limites estabelecidos pelo estado, levando à superposição de terras em algumas áreas limítrofes do território da Jari, principalmente na RESEX, mas também na EEJ (Estação Ecológica do Jari) e na RDS (ver mapa 2).

No caso de áreas habitadas por comunidades extrativistas, a empresa e o estado tinham estabelecido durante muitos anos um compromisso, segundo o qual as comunidades podiam ficar morando no território da empresa, as suas casas, porém, eram consideradas propriedade da empresa, que, além disso, tinha oficialmente o direito de poder expulsar qualquer família em qualquer momento, caso a empresa decidisse, por exemplo, valorizar as terras ocupadas por esta família (JR ALVES PICANÇO, 2005). No caso da RESEX Cajari, essa situação de insegurança foi resolvida só depois de múltiplas negociações com a restituição da reserva ao estado do Amapá em 2008.

Se esse compromisso entre a Jari e o estado do Amapá mitigou o conflito fundiário desse estado com a empresa, a questão da legalização das terras da empresa do lado paraense permanece irresolvida. Segundo afirma a empresa, as razões seriam, sobretudo, “a falta de vontade política do governo local”, enquanto que o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o órgão governamental responsável pelas questões fundiárias no Estado do Pará, acredita que o maior obstáculo que impede uma



Mapa 2 - Conflito de terra na região do Jari.
Fonte: SEMA, modificado por AG, 2009.
Superposição de áreas protegidas do estado (RESEX, RDS e EEJ), com o domínio reclamado pela Jari Celulose.

solução ao conflito seria “a falta de cooperação da empresa”¹⁴. No entanto, houve várias negociações entre os dois partidos, que levaram a um acordo assinado entre o Grupo ORSA e o governo do Pará em 2008: Com base em uma proposta de troca, a empresa comprometer-se-ia “a desmembrar” do seu território das terras reclamadas por algumas comunidades com a devolução ao Estado das partes ocupadas por essas, a partir da distribuição de títulos de propriedade para cada família (geralmente de

14 Dados de campo coletados durante uma visita no ITERPA em Belém, abril 2009.

lotes de 50 a 150 hectares por família). Em contrapartida, o governo do Pará poria à disposição da empresa o equivalente das superfícies devolvidas numa outra parte do Pará (a localização das quais não foi, porém, precisada). Os títulos de propriedade deveriam ser distribuídos pelo ITERPA a todas as famílias agroextrativistas do lado do Pará, que se encontram dentro do território da empresa e dos quais supõe-se uma existência anterior à instalação do projeto Jari. Contudo, desde a data do acordo até agosto de 2009, nada concreto foi feito e nenhum título de propriedade foi atribuído. A explicação do governo para o atraso desse processo coloca como razão a insuficiência dos recursos financeiros necessários para realizar a cartografia dos lotes, condição *sine qua non* para a distribuição dos títulos. Assim, apesar de esforços dos dois lados, a regularização de uma grande parte das terras no território da empresa permanece ainda na espera.

Como se apresenta a reação das próprias populações nesse contexto?

De maneira geral, pode-se constatar uma divisão da população local em dois partidos: os que tiveram êxito em estabelecer uma relação de cooperação com a empresa e que aceitam, ou estão mesmo a favor da sua permanência na região, e os que vivem seja sem contato com a empresa, seja em resistência mais ou menos aberta frente a ela. Ao grupo dos primeiros pertencem, por exemplo, aquelas comunidades que, lutando pelo seu direito, conseguiram concessões territoriais e atenção por parte da empresa. O caso exemplar é a comunidade do Braço, onde um conflito forte e extenso com a Jari nos anos 1980 e 1990 provocou uma rebelião da comunidade contra a tomada da terra pela empresa. Por conseguinte, a comunidade conseguiu, finalmente, a concessão do direito de usufruto de uma área significativa de terras ao redor da vila, que em outro caso teria sido transformada em plantio de eucalipto. No segundo grupo, de indiferença ou resistência, encontram-se, por exemplo, algumas das comunidades situadas dentro da RESEX Cajari do lado do Amapá, ou a zona da 'Estrada Nova', do lado do Pará, uma das primeiras áreas desmatadas pela Jari. Ali, as populações desenvolvem a criação de gado em pequena escala, o que a Jari desejaria suprimir porque não corresponde ao modelo de desenvolvimento sustentável previsto para a área. Um dos objetivos centrais da FO (e principalmente da equipe rural) consiste então em reconquistar esses espaços de resistência, para eliminar os ressentimentos e levar as comunidades para o lado da empresa.

Projetos de geração de renda para comunidades rurais: desenvolvimento sustentável ou estratégia da empresa para expansão das áreas de plantio?

Os objetivos da FO consistem não só em solucionar os conflitos existentes, às vezes históricos, entre empresa, populações e Estado, senão também em prevenir conflitos potenciais no futuro pelo melhoramento das condições de vida das comunidades,

frequentemente pela integração das atividades da empresa através de pequenas parcerias econômicas. Assim, desde 2005, diversos projetos de desenvolvimento socioeconômico foram iniciados com as comunidades rurais, principalmente em três áreas: a) produção familiar de eucaliptos para venda garantida à Jari; b) apoio à produção e comercialização de produtos agrícolas, principalmente a produção de curauá (uma fibra vegetal para comercialização na indústria de automóvel), de mandioca e da horticultura; e c) apoio à comercialização de produtos extrativistas, principalmente a castanha do Brasil, para qual a FO incentiva a criação de cooperativas e de associações para melhoramento dos processos de transformação e comercialização da castanha pelas próprias comunidades.

A primeira vista, esses projetos inscrevem-se perfeitamente nas necessidades das populações rurais. Porém, depois de analisá-los mais em profundidade e de se haver falado com muitos dos próprios agricultores, várias questões e contradições se manifestaram. O projeto mais discutível é sem dúvida o programa “fomento eucalipto” que consiste em estimular pequenos agricultores a plantar o eucalipto sobre suas terras como nova fonte de renda. A empresa considera o fomento eucalipto como um projeto “win-win” com benefícios para ambas as partes: a Jari avança as plantas e o adubo, bem como créditos para fazer o plantio, e garantir a compra de toda a produção pela Jari Celulose na hora da colheita, sete anos após a plantação. Se o eucalipto familiar pode realmente constituir uma fonte de renda interessante ao longo prazo para algumas famílias, o projeto oferece também uma maneira conveniente para a empresa de aprovisionar-se em matéria prima sem necessidade de aumentar as suas próprias plantações (o que seria muito mais difícil frente à situação delicada quanto à propriedade de terras). O projeto dito de desenvolvimento sustentável inscreve-se então formidavelmente nas estratégias territoriais da empresa para aumentar sua produtividade. O volume de produção atingido pelos 56 agricultores parceiros da FO (dados de abril 2009) era de cerca de 816 ha em 2008. Para 2009, com a previsão de novos membros no projeto, as plantações de eucalipto familiar poderiam crescer a 2.000 ha, o que já representa uma área economicamente interessante para a empresa.

Neste contexto, a problemática que percebemos com esse projeto é o fato de misturar os negócios (interesses comerciais da empresa) com o trabalho social (desenvolvimento socioeconômico das comunidades) que a Fundação se diz realizar.¹⁵ Se o fomento de eucalipto pode, com efeito, ser vantajoso para algumas famílias em certas condições, a realidade mostra que para muitos agricultores a cooperação poderia trazer mais prejuízo do que benefício: Para que o plantio de eucaliptos

¹⁵ Trata-se aqui duma crítica que me foi relatada por um alto funcionário da empresa, em São Paulo, durante uma visita deste à região do Jari.

familiar seja vantajoso para o agricultor, esse deve, com efeito, cumprir uma série de pré-requisitos. Primeiro, ele tem que ter bastante terra superficial da qual possa prescindir durante sete anos, de maneira a não pôr em perigo as suas plantações tradicionais (mandioca, feijão, milho, verdura,...) que garantem a sua segurança alimentar. Segundo, o agricultor precisa entender que os benefícios pelo eucalipto se darão apenas em sete anos, o que significa que ele pode pensar no eucalipto só numa perspectiva de investimento a longo prazo, mas deve dispor de outras fontes de rendimento que o mantêm. Terceiro, tem que ter uma mão de obra familiar suficientemente grande para trabalhar na manutenção do plantio, que no caso de trabalho empregado apresentaria um custo excessivamente alto para o agricultor. Por último, frente à falta de experiência com o eucalipto e à complexidade de gestão que as plantações parecem exigir para que sejam viáveis, os agricultores que aceitaram entrar no projeto precisam ser bem informados e acompanhados pela Jari ou pela FO. Porém, isso parece não ter sido feito de maneira sistemática e eficaz. No terreno, encontramos vários agricultores preocupados porque tinham plantado eucalipto em todas as suas terras (antes utilizadas para agricultura) ou porque tinham vendido todo o seu gado para transformar o pasto em plantio, sem pensar nas consequências a longo prazo. Pouco depois não sabiam mais com qual dinheiro comprar a comida de cada dia. Outros declararam que as despesas da manutenção dos plantios excediam já os benefícios que irão ganhar na hora da safra, e indicaram que isso só aumentará a dependência frente à empresa.¹⁶

Apesar disso, no caso de o agricultor cumprir os pré-requisitos citados acima, o projeto pode realmente apresentar uma fonte adicional interessante de renda. De fato, encontramos também vários agricultores no campo que se mostraram satisfeitos com a inversão, e confiantes para o futuro¹⁷.

O “projeto Curauá” é outro projeto pioneiro da FO que merece ser destacado porque, à diferença do eucalipto familiar, parece ter sido recebido bem por todos os agricultores da região. Iniciado em 2006, o projeto consiste no apoio técnico na produção, transformação e comercialização do curauá, uma fibra vegetal de alta qualidade específica da Amazônia, que é utilizada cada vez mais na indústria do automóvel. A FO promove o plantio de curauá em associação com outras culturas,

16 Testemunhos recolhidos durante o trabalho de pesquisa na região do Jari entre junho e agosto de 2009. Neste sentido, deve-se questionar se o objetivo do projeto é realmente realista na maneira apresentada no site-web da FO: « Esta iniciativa permite que o produtor rural mantenha suas atividades de agricultura familiar. Na prática, significa incentivo à produtividade e à preservação da mata nativa. Como estratégia, desenvolve culturas viáveis para a comercialização e ao mesmo tempo, desenvolve culturas tradicionais para a garantia da segurança alimentar e nutricional (SAF) destas famílias. http://www.fundacaoorsa.org.br/pt/projetos_interna.aspx?id_projeto=17

17 Deve-se recordar que os primeiros plantios de eucalipto familiar foram feitos em 2005/2006. Isso significa que as primeiras safras se realizarão só em 2012 o 2013. Nesse sentido, ainda é cedo para saber quais serão os resultados verdadeiros desse projeto.

repartindo as plantas com os agricultores, colocando à sua disposição as máquinas para desfibrar as folhas (ver fotografias), e fazendo os contactos entre os produtores e a empresa Permatec (baseada em Santarém), que se dispõe a comprar toda a produção dos agricultores da região do Jari, através da mediação da FO: 49 famílias em 15 comunidades teriam participado neste projeto em 2008, criando um retorno mensal de cerca de R\$600 por hectare/mês (dados FO, 2009). Nas nossas conversas com os agricultores, esses faziam observar as vantagens do curauá em relação ao eucalipto, mas indicaram também um problema: o difícil acesso às máquinas desfibradoras, das quais a FO possuía apenas duas em 2009, sendo por enquanto obrigada a fazê-las girar entre os diferentes agricultores participantes do projeto.



- a) Plantações de curauá em associação com abacaxi;
 - b) Safra da fibra
 - c) O agricultor Valdecí e seu filho desfibrando a produção com a máquina desfibradora da FO.
- Fotos: Projeto Curauá

Fonte: Serra Grande, AG, Março 2009.



- a) Placa demarcadora de uma área plantada com eucalipto no quadro do projeto « *Eucalipto familiar* » para geração de renda para comunidades.
- Fonte: Estrada Nova, AG, Agosto 2009.
- b) Associação de eucalipto com curauá: uma combinação muitas vezes utilizada pelos agricultores em parceria com a FO.
- Fonte: Plantação do « Seu Mereco » a « Guete », AG, Julho 2009.
- Fotos: Projeto Fomento de eucalipto.

Como terceiro foco dos empenhos da FO no âmbito rural, a promoção do setor extrativista é um dos domínios mais importantes na região, mas também um dos de mais difícil aproximação. Os objetivos da FO se dirigem principalmente a medidas para o aumento do preço da castanha no mercado e para a eliminação dos atravessadores da cadeia de comercialização. Porém, isso é muito mais difícil do que se poderia pensar, devido a múltiplos fatores, como, por exemplo, o fato de a castanha tratar-se ainda de um setor monopolizado, fortemente controlado pelos atravessadores, devido à distância dos centros de mercado, à falta de políticas públicas eficazes, e ao baixo grau de organização dos próprios extrativistas (esses fatores são discutidos com mais detalhe na seguinte discussão final). A FO visa, então, tanto apoiar as comunidades extrativistas a se organizarem em associações ou cooperativas quanto a estabelecer contratos diretos entre essas e potenciais compradores de castanha. De fato, nesse sentido o Grupo ORSA adquiriu em 2009 a empresa “Ouro Verde Amazônia”, criada em 2002 por um grupo de jovens com sede em Alta Floresta (Mato Grosso), para fabricação de produtos derivados da castanha (aceite, creme, granulado,...). Já em 2009, uma boa parte das castanhas transformadas na Ouro Verde procederam da região do Jari (não conseguimos ter informações sobre quantidades exatas). Se a abertura de novos mercados e o relacionamento dos extrativistas com as empresas é sem dúvida fundamental para melhorar as estruturas da comercialização em favor dos extrativistas da região do Jari, a entrada direta da ORSA nos negócios da castanha parece-nos problemática pelas mesmas razões que foram já enunciadas em relação ao projeto “eucalipto familiar”. Onde terminam os interesses da empresa e onde começam os esforços da FO?

O resto dos pequenos projetos da equipe rural da FO visa à assistência técnica para os agricultores que o desejam. Os resultados das nossas investigações no campo, a opinião das populações quanto à eficácia da assistência da FO é compartilhada entre os que afirmam aproveitar muito da assistência da FO e têm mostrados muita gratidão, porque “sem empresa aqui não teria nada”; e os que afirmam que a FO seria “apenas uma farsa” implementada pela empresa para fingir que essa se preocupava doravante com as populações, “enquanto que, na verdade, eles estão ainda se beneficiando de nós”.¹⁸

Os que se mostraram céticos frente à empresa criticaram frequentemente que a FO privilegiaria o projeto de eucaliptos sobre qualquer outro no âmbito rural, ao invés de estimular projetos alternativos, como, por exemplo, a piscicultura ou

18 Este testemunho literal de um agricultor « parceiro » da empresa, que prefere ficar anônimo, se parece com várias das opiniões que ouvimos no campo. Porém, apesar dessas declarações, muitos deles fazem parte dos projetos desenvolvidos pela FO. Consideramo-nos então como parte dos ‘parceiros com ressentimentos secretos’, que constitui talvez o maior grupo entre os agricultores da região do Jari.

a criação de animais de pequeno porte, como galinhas, porcos ou gado. De fato, estes últimos, considerados “não- sustentáveis”, parecem ser excluídos pela FO das possibilidades de criação de renda alternativa para as comunidades rurais. Porém, a própria empresa é proprietária de aproximadamente 10.000 cabeças de gado só na região de Alemeirim, criadas em várias fazendas da empresa para produção de carne.¹⁹

Por último, é preciso notar nesse contexto que um dos problemas mais graves para as comunidades rurais é a falta significativa de serviços básicos, como o atendimento à saúde, e o acesso à energia e comunicação. Até agora, nem a FO nem o estado se comprometeram a melhorar essas condições, cada um achando que isso seria da responsabilidade do outro. É preciso incentivar plantios de eucaliptos nessa área quando não há nem um rádio nas comunidades para chamar uma ambulância num caso grave de doença? Não seria também mais importante a implementação de um serviço de transporte escolar na região da Estrada Nova (área na periferia do território da empresa do lado paraense) para garantir que as crianças possam ir à escola?

4 DISCUSSÃO FINAL: EFICÁCIA E LIMITES DA NOVA GESTÃO DO GRUPO ORSA PARA RESPONDER ÀS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO CONTEXTO DO PROJETO JARI

Se um viajante “do primeiro mundo” chegasse hoje à região do Jari, essa parte ainda fortemente isolada da Amazônia brasileira, ele se surpreenderia ao encontrar ali dois mundos que na primeira vista parecem se mover em realidades bem diferentes: o mundo da empresa moderna e performante que produz 6% da celulose vendida no mercado nacional, e a vida das populações rurais nas comunidades extrativistas, que vivem retiradas na floresta à base de uma atividade extrativista realizada muitas vezes ainda de maneira arcaica. Porém, quando se olha a situação com mais profundidade, pode-se observar que apesar dos contrastes existem também muitos espaços de contato e relacionamento entre os dois mundos onde se desenvolvem tanto controvérsias e oposições como dinâmicas de troca e cooperação entre as duas partes, embora se produzam todas num contexto complexo de relações de dependência recíproca. De fato, ninguém pode hoje imaginar a região do Jari sem o empreendimento econômico que deu lugar às infraestruturas presentes hoje na região, e ninguém pode também negar que a continuidade do projeto Jari depende da mão de obra e da colaboração da população local. Desde a ressurreição do projeto pelo

¹⁹ Não dispomos do número preciso de cabeças de gado e bubalina da Jari devido à falta de informação sobre essa atividade.

Grupo ORSA em 2000, a região vive um período de surto econômico e de dinamização política (também graças ao trabalho integrativo da FO), sem evidentes e fortes conflitos sociais. Era esse o sonho de Ludwig, que se tem tornado realidade hoje? As plantações de eucaliptos e os lucros da empresa estes últimos anos assemelham-se provavelmente ao que o Americano teria querido atingir nos anos 1970, mas que lhe escaparam devido ao custo enorme da infraestrutura que ele tinha que construir primeiro para esse fim. Mas se Ludwig pôs as bases do sucesso posterior do projeto econômico iniciado por ele, qual foi o custo social e ambiental até chegar lá? E como se podem medir hoje as consequências reais mais sutis para o desenvolvimento socioeconômico e a cultural das populações da região do Jari? Com certeza, as repostas a essas perguntas complexas podem ser muito diferentes, dependendo do ponto de vista que se prefere tomar e do aspecto discutido. Contudo, tentaremos a seguir colocar algumas observações enquanto às áreas onde as contradições do desenvolvimento manifestam-se com maior intensidade.

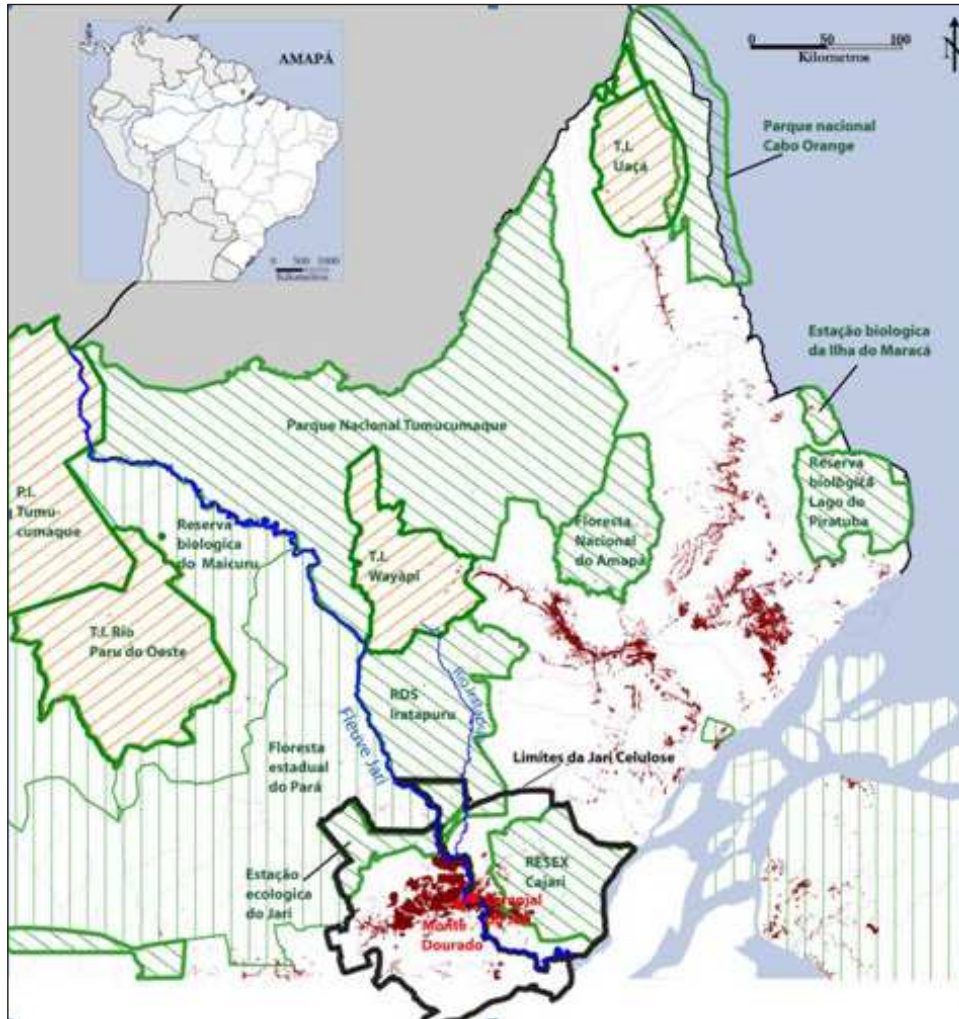
Indústria e meio-ambiente: uma difícil combinação

Como mostramos, os esforços do Grupo ORSA de encontrar soluções técnicas que diminuíssem o impacto ambiental da produção de celulose foram reconhecidos internacionalmente pela atribuição de preços e certificações. Contudo, a empresa permanece uma fonte de poluição para o rio Jari e para a qualidade do ar do conjunto da região. Enquanto ao uso do solo, a instalação de uma monocultura onde antes existia uma floresta primária com uma biodiversidade extraordinária e com uma alta ocorrência de recursos extrativistas já é contestável em si. Para as populações locais, porém, a maior preocupação hoje revelou-se ser em relação aos adubos e pesticidas utilizados nas plantações de eucalipto. Muitos entrevistados (entre outros também o chefe da NDR²⁰ na área da Estrada Nova) declararam que os efeitos ambientais já são visíveis, como, por exemplo, a seca dos rios e o desaparecimento dos peixes devido à contaminação. Pode-se, de fato, interrogar sobre os efeitos a longo prazo da qualidade de água potável das comunidades que se situam perto das plantações.

Diferente da monocultura, o manejo sustentável dos 454.000 hectares de floresta nativa, explorada, pela madeira de lei, num sistema de rotação por 30 anos, tem, sem dúvida, contribuído para a preservação da mata contra outros tipos de explorações mais agressivas, como a exploração ilegal de madeira por madeireiros (muito problemática em grande parte das outras regiões do estado do Pará), ou a destruição da floresta pela garimpagem descontrolada. A área de gestão florestal

20 A NDR é uma das empresas que prestam serviço para a Jari Celulose na área da silvicultura.

da Jari, junto às grandes áreas de conservação da floresta implementadas na região pelo governo (como a EEJ, a RESEX Cajari, a RDS Iratapuru, ou a Floresta Estadual do Pará) constituem hoje um mosaico importante e sólido de floresta intacta no norte da Amazônia brasileira, que permitira, de fato, uma conservação eficaz da floresta e sua biodiversidade amazônica no futuro.



Mapa 3 - Mosaico das unidades de conservação e terras indígenas (T. I.) no nordeste da região do Jari. Nota-se a extensão da área protegida.

Fonte - F. M. Le Tourneau, retomado por AG, 2010.

A questão que pode ser discutida no contexto da ORSA Florestal é o grau de participação que o sistema de manejo florestal da ORSA Florestal permite realmente às populações locais que se situam no território da empresa. A pesquisa de campo revelou que além dos trabalhadores empregados diretamente na empresa não existe até hoje uma verdadeira parceria entre empresa e comunidades para a co-gestão da floresta, como já está sendo feito no quadro de ‘cooperações público-privado’ em várias outras regiões florestais no mundo.²¹ Por parte do estado, isso exigiria um esforço de descentralização e de transferência de competências à região; por parte da empresa, suporia iniciativas concretas de integração das comunidades à gestão florestal.

Aspectos da mudança socioeconômica e cultural

A chegada do Ludwig no final dos anos 1960 e a substituição da monocultura de *gmelina* à floresta nativa de ambos os lados do rio Jari mudou concretamente a fisionomia e, com isso, a estrutura socioeconômica e cultural da região. Até então, as populações locais viviam apenas de um agroextrativismo que representava, sobretudo, a base da sua alimentação diária, mas também uma fonte de renda, mesmo que esta não se ganhava em forma monetarizada durante muito tempo, senão como troca da produção por bens de consumo no quadro do famoso ‘sistema de aviação’. Esse sistema baseado numa relação de dominação do extrativista pelo proprietário, apesar de constituir uma exploração injusta (já que os extrativistas nunca ganhavam mais do que o suficiente para viver, enquanto os proprietários se faziam ricos), impedia que se melhorassem as condições de vida dos extrativistas. Com a dissolução da rede de comercialização estabelecida por José Julio de Andrade e os “portugueses”, logo depois da chegada do Ludwig, o extrativismo diminuiu (claramente também por causa do desmatamento, que destruiu muitas áreas de castanheiras), mas se reconstruiu depois, de maneira já um pouco diferente. Hoje, a maior parte dos extrativistas é paga em dinheiro, e cada família é livre para vender para quem quiser. Porém, o preço baixo de muitos produtos extrativistas e a dificuldade da comercialização permanecem problemáticos para muitas famílias da região do Jari, que seguem vendendo suas produções aos atravessadores locais por falta de alternativas. Existem, no entanto, alguns exemplos de iniciativas interessantes no Amapá, em torno da criação de cooperativas para a transformação da castanha do Brasil. O mais famoso é a experiência de cooperação entre a empresa

²¹ Veja por exemplo o artigo de Mark Appiah, « Co-partnership in forest management: the Gwira-Banso Joint Forest Management project in Ghana », onde ele afirma que « o envolvimento de comunidades locais, do setor privado, e do governo na gestão florestal tornou-se um princípio importante nas políticas de gestão da floresta tropical » (Tradução do inglês pela autora).

Natura e os extrativistas da comunidade de São Francisco do Iratapuru, situada aos limites da RDS Iratapuru.

Como vimos nas páginas anteriores, a Fundação ORSA também incentiva a promoção do setor extrativista na região, principalmente a castanha do Brasil, com objetivo de fortalecer as organizações e os atores que atuam na cadeia produtiva da castanha: “Com a eliminação gradual dos atravessadores no mercado, através de assessoramento técnico, incentivo à formação de grupos produtivos e qualificação para a colheita da castanha, o projeto possibilita o aumento da renda do extrativista.” (FUNDAÇÃO ORSA, 2010). Os obstáculos à “eliminação” dos atravessadores são, porém, muito difíceis de superar, por um lado por causa da grande distância dos mercados, de outro lado pela falta de cultura cooperativista e de empreendedorismo das populações, herança do sistema de aviação. No lado paraense, algumas comunidades extrativistas (por exemplo, Recreio o Arrumandumba) começaram a se organizar em associações apenas nos últimos anos, após iniciativas da FO e das instituições públicas para formação profissional, e incentivos ao empreendedorismo. Contudo, e como se explica na geohistória da Amazônia, a lógica de empresa pouco corresponde ao sistema socioeconômico das sociedades amazônicas, que se baseou na exploração dos recursos naturais na unidade familiar para um proprietário (e não em sistemas de cooperativismo). Essa dificuldade é frequentemente constatada pelos atores da FO, quando um projeto econômico comunitário termina em fracasso em vez de sucesso. De fato, outra contradição que pode se observar na região do Jari é que, apesar da quantidade de agricultores nas áreas rurais, a maior parte dos produtos consumidos nas cidades de Laranjal do Jari e Monte Dourado provêm de fora, principalmente de Belém. Pelo fato de quase todos os bens serem importados, o custo de vida é bem mais alto que em outras áreas da Amazônia. Conclui-se, então, que apesar dos supostos esforços para um desenvolvimento mais sustentável da região, nem as instituições do estado nem a FO parecem ter sido capazes, até agora, de reverter os efeitos paradoxais provocados pela chegada de uma economia global.

Mesmo assim, deve-se constatar uma certa melhoria da situação socioeconômica geral das populações locais urbanas e suburbanas da região do Jari, sobretudo, se a comparamos com outros municípios do Amapá e do Pará. Isso se deve evidentemente a vários fatores, mas é preciso destacar tanto a influência direta da Fundação ORSA no território como o lento, mas constante aumento do poder público na região, assim como os benefícios indiretos da criação de riquezas pelo projeto Jari como empregador e dinamizador da economia regional. Se considerarmos a região como um todo, deve-se, contudo, observar ainda a existência de fortes contrastes. Monte Dourado, sede administrativa da Jari Celulose e da FO, é evidentemente a cidade que mais aproveitou da dinâmica do Projeto Jari. A cidade representa hoje um “enclave

de conforto” numa região antes caracterizada pela precariedade e pela ausência total de qualquer tipo de infraestrutura. No entanto, essa situação difere significadamente das áreas rurais mais longe dos centros urbanos, que frequentemente permanecem no isolamento por causa da falta de meios de transporte e de comunicação. Se essa realidade é observada dos dois lados do rio Jari, ela é especialmente preocupante no município de Almeirim, do lado paraense. Com uma extensão de 67.870 km² e uma população de 30.903 habitantes (dados IBGE, 2007), o município possui uma cidade só (Almeirim). Uma vez capital ilustre da economia da castanha (na época do “coronel” José Julio) a cidade de hoje encontra-se num estado desolado, onde infraestruturas faltam tanto como possibilidades de trabalho e de formação. Porém, pelo menos teoricamente, o município de Almeirim deveria ser um dos mais ricos de toda Amazônia, devido às taxas pagas normalmente pela empresa. Os responsáveis políticos, entretanto, parecem justamente não levar em sério a redistribuição dessa verba entre as comunidades do município, onde a maior parte das famílias não possui nem água corrente nem eletricidade, encontra-se muito distante dos serviços de saúde, e vive de uma economia de subsistência sem possibilidades de evoluir. Longe de falar de um desenvolvimento sustentável no sentido estrito do conceito, a pergunta atual que precisa ser resolvida aqui, ainda antes de tudo, parece ser a seguinte: como conseguir tirar do isolamento as áreas rurais mais afastadas dentro do território da empresa. Só depois poderá se pensar num verdadeiro modelo de desenvolvimento pela inclusão dessas comunidades à economia regional, mas também a partir da promoção de conhecimentos tradicionais associados às atividades culturais da região, como, por exemplo, a transformação local e a comercialização vantajosa dos recursos naturais da floresta.

Potencialidades e limites de um desenvolvimento sustentável regional no contexto da Jari Celulose: como pensar um modelo eficaz de gestão do território entre empresa, estado e populações?

A importância do compromisso da empresa para os progressos registrados na região do Jari pode definitivamente ser fortemente afirmada. Os resultados das intervenções locais são, para a maior parte, satisfatórios, tendo em conta o tempo reduzido da existência da Fundação na região. No entanto, certos projetos revelaram-se malogros e deram lugar a críticas e modificações internas do funcionamento da FO. Segundo representantes da FO, uma das dificuldades maiores encontradas na gestão regional toca à divisão das responsabilidades entre a empresa e o governo do Estado. Onde se encontram os limites da responsabilidade socioambiental da empresa e onde começam as do Estado? Como se deve definir os campos de ação

correspondentes a cada um, e qual forma deveriam tomar as cooperações? De fato, a questão é complexa se analisada no contexto da situação fundiária ainda irregular da região. Se a FO é frequentemente acusada por representantes do Estado de querer “tomar o lugar do setor público”, essa justifica sua pertinência precisamente com o fato de tentar cobrir as insuficiências do primeiro. Rafael Almeida, diretor da FO em Monte Dourado, coloca o dilema assim: “Quando a Fundação investe num projeto, o governo nos acusa de querer controlar tudo e de querer substituir o Estado; mas quando decidimos não intervir, a Fundação é acusada de não querer se comprometer o bastante...”. Certa crítica neste sentido vem, contudo, também por parte dos próprios empregados da FO: “Queremos cobrir todas as áreas como se fossemos o Estado... só que não somos e não conseguimos”, confiava-me um dos colaboradores da Fundação. Desta maneira, os projetos nem sempre podem ser seguidos corretamente até o fim, deixando insatisfeitos os resultados esperados. Do outro lado, as instituições públicas continuam a mostrarem-se passivas em muitos casos, e consideram que desenvolvimento da região seria obrigação unicamente da empresa, dado que só ela explora os recursos ambientais e humanos da região. Essa posição questionável de alguns atores do poder público explica-se igualmente pela história do Projeto Jari: Nos tempos do Ludwig, a empresa tinha se encarregado realmente de todos os serviços sociais para o conjunto da população da região num grande estilo paternalista. Com a morte de Ludwig e a criação do Estado do Amapá em 1988, a empresa, no entanto, começou a retirar-se cada vez mais da área social, que ela havia mantido sozinha até lá, para diminuir custos e maximizar lucros, seguindo as leis do capitalismo. O Estado, porém, ainda não quer ou não consegue assumir as novas responsabilidades, para prejuízo da população local. Além disso, a instabilidade da política local complica muito o estabelecimento de parcerias duradouras para uma cogestão da região, que por si já representa um desafio político devido à sua extensão entre dois estados (Amapá/Pará) e três municípios (Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Almeirim). Segundo o Professor José Alberto Tostes, da Universidade Federal do Amapá, não existe ainda uma estratégia eficaz dos poderes públicos dos dois estados para uma gestão integrada da região do Jari. Para a FO, cada eleição municipal implica, por conseguinte, relançar as cooperações políticas, com perdas importantes na continuidade e na coerência dos projetos. Qual seria, então, o grau correto da FO para intervir na gestão regional, e quais os meios adequados para “acordar” a responsabilidade do poder público? Fica evidente que a FO foi criada pelo Grupo ORSA com um objetivo bem concreto que se inscreve na lógica de um marketing de responsabilidade socioambiental. Por conseguinte, seu funcionamento não pode ser aquele de uma ONG ou de uma associação humanitária, mas constitui antes de tudo um instrumento estratégico de legitimação para a empresa que,

embora possa ter benefícios pontuais para as populações, não pode se substituir os diferentes atores do poder público e da sociedade civil, que deveriam estabelecer as condições necessárias para um desenvolvimento sustentável da região. Mas os interesses econômicos da empresa são origem de alguns dos projetos da FO (como vimos claramente com o projeto de eucalipto familiar),- são eles conciliáveis com uma visão de desenvolvimento local que visa à autonomia da região? Sem dúvida, as aspirações “pragmáticas” da empresa quanto à função da FO não impedem a eficácia de certas ações dessa no campo. As diferentes equipes da fundação mostram um grande entusiasmo e uma ambição sincera no trabalho. Nas muitas conversas com vários dos seus funcionários era possível sentir uma verdadeira convicção da possibilidade de instaurar um desenvolvimento sustentável na região no futuro. Os resultados positivos dos projetos realizados nos nove anos da existência da FO demonstram certamente um potencial na boa direção. Porém, se a existência da FO não é susceptível de ser suprimida num futuro próximo, os limites da sua influência na eficácia e no alcance dos projetos depende do grau com que a empresa decidirá responder à crise econômica mundial. Dos 140 empregados da fundação, no final de 2008, apenas 45 permaneceram ainda em agosto de 2009; das 7 equipes, 3 foram suprimidas no mesmo período. Poderá a FO garantir a continuidade dos seus projetos nessas condições? Seja como for, o desafio para o desenvolvimento da região do Jari nos próximos anos será, sem dúvida, achar um modelo de cogestão entre o sector público e o privado para criar fileiras econômicas duradouras e independentes do Projeto Jari, de maneira a levar a região finalmente a uma autonomia verdadeira baseada numa diversidade de atividades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ALVES PICANCO, José Reinaldo. **Reserva extrativista do rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. Natal, UFRN, 2005.

DROULERS, Martine. **L'Amazonie. Vers un développement durable**. Paris: Armand Colin, 2004.

FUNDAÇÃO ORSA. Disponível em : <http://www.fundacaorsa.org.br/pt/projetos_interna.aspx?id_projeto=16> Acesso em: 14 ago., 2010.

LE TOURNEAU, F.; GREISSING, A., A quest for sustainability: Brazil nut gatherers of São Francisco do Iratapuru and the Natura Corporation. *The Geographical Journal*, United States, v. 176, n. 4, p. 334-349, jun. 2010. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/advanced/search/results> > Acesso em: jun. 2010.

LINS, Cristovão. **A Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Dataforma em convênio com a Prefeitura Municipal de Almerim (PA), 1997.

REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 43-75, dez. 2010

LINS, Cristovão. **Jari 70 anos de história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LITTLE, Paul E. **Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers**. Baltimore ,
London: The John Hopkins University Press, 2001.

MONTEIRO FILOCREÃO, Antônio Sérgio (coord.). **Socio-economia da Reserva
Extrativista do Rio Cajari - AP**. Macapá- AP: IBAMA, CNPT/AP, CNS/AP, 1993.
(Relatório de Pesquisa)

MONTEIRO Roberto et al. **Children and youngsters in Laranjal do Jari, Amazon**.
Brazil: risks and hopes. Edited by Roberto Monteiro. Juiz de Fora, MG: Edições
Feme, February 2001.

PINTO, Lúcio Flávio. **Internacionalização da Amazônia: sete reflexões e outros
apontamentos inconvenientes**. Belém: Smith, 2002.

RELATÓRIO de sustentabilidade 2007. São Paulo: TV1 Editorial, 2008.

RELATÓRIO diagnóstico socioambiental das comunidades rurais do Vale do Jari.
Belém, Ceats & Poema, abr. 2006.

RELATÓRIO sócio-econômico-ambiental 2005. São Paulo: TV1 Editorial, 2006.

ROLLET, B. Jari: Succès ou échec ? Un exemple de développement agro-sylvo-
pastoral et industriel en Amazonie brésilienne. **Revue Bois et Forêts des Tropiques**,
Montpellier, n.192, Juillet-Août, 1980.

ROSENBERG, Cynthia. O desafio de salvar o Jari. **Época Negócios**, São Paulo, jun.
2007.

RUELLA, A.; RUELLAN, F. 2001. Entretiens avec le gouverneur João Alberto
Capiberibe: l'Amapá un Nord pour le Brésil. In: MARTINS, E. et.al. **Amapá, um norte
para o Brasil, diálogo com o governador João Alberto Capiberibe**. São Paulo:
Cortez, 2000.

